

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.431.307 - RS (2019/0011913-1)

RELATOR : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**
AGRAVANTE : JOCELAINE FRANCISCA DE AGUIAR
ADVOGADO : ANDRÉ CEZAR - RS035963
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
AGRAVADO : ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADOR : SÉRGIO VIANA SEVERO E OUTRO(S) - RS028582
INTERES. : CLOVES VICENTE POZZOBON
INTERES. : MARIA HELENA DE AGUIAR
ADVOGADO : ANDRÉ CEZAR E OUTRO(S) - RS035963

DESPACHO

Trata-se de ação civil pública por ato de improbidade administrativa ajuizada pelo Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, contra a ora agravante e outros réus. O Tribunal local reformou parcialmente a sentença proferida, para excluir da condenação a sanção de perda do cargo público imposta a Jocelaine Francisca de Aguiar e majorar a sanção de multa civil para 05 (cinco) vezes o valor da remuneração percebida pela ora agravante à época da sentença.

Houve recurso especial da ora agravante, inadmitido na origem sob os seguintes fundamentos: (a) incabível recurso especial para impugnação a norma constitucional; (b) Súmula 280/STF; (c) Súmula 7/STJ (valoração da prova); e, (d) Súmula 7/STJ (dosimetria das sanções).

Sobreveio agravo em recurso especial, não conhecido por ausência de impugnação aos fundamentos (a) e (b), da decisão agravada. (fls. 2.703/2.704)

Pautado o feito para julgamento, por meio de petição de fls. 2.761/2.766 a parte requer julgamento do feito em sessão presencial, com deferimento de pedido de sustentação oral. Alega que, embora o agravo interno verse sobre o conhecimento do agravo em recurso especial, o julgamento presencial lhe permitiria manifestar-se sobre o mérito do recurso especial.

Analisando as razões da petição retro, em cotejo com o teor do agravo interno, não se vislumbram argumentos ou informações que ensejem reforço ou esclarecimento relevante ao que já deduzido no bojo da petição de agravo interno, a justificar o requerimento. Por essa razão, **indefiro o pedido**.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
Relator